



PROJETO **MEDICINA
VETERINÁRIA
DE ABRIGOS**

Medicina Veterinária do
Coletivo-UFPR

PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA RESGATE SELETIVO EM ABRIGOS DE ANIMAIS

Introdução

A dinâmica de abandono de animais envolve diversos fatores como mudança de moradia, questão financeira, perda do interesse pelo animal, ninhadas indesejadas, conflitos pessoais com o animal, falta de espaço na residência e/ou problemas comportamentais (PASTORI; DE MATOS, 2015). No Brasil, não há uma estimativa oficial de animais errantes ou em situação de rua, mas estima-se que entre 2020 e 2021 o abandono tenha aumentado ao redor de 20 a 30% (CFMV, 2020). Fazem parte dos animais em situação de rua, ou errantes, os que possuem tutor (semidomiciliados), os que não possuem tutor (abandonados), os perdidos e os comunitários (figura 1). Os gatos errantes ou em situação de rua podem ter ou não tutor, estarem perdidos ou serem comunitários.

Figura 1. Representação da população de animais em situação de rua, composta por quatro subpopulações.



Fonte: adaptado de INTERNATIONAL COMPANION ANIMAL MANAGEMENT COALITION (ICAM), 2019.

Animais soltos em vias públicas podem causar acidentes de trânsito, acidentes por mordeduras, danos em propriedades tanto públicas quanto privadas e predação da fauna silvestre pelo hábito de caça (FORTES et al., 2007), impactar a saúde pública e o bem-estar dos animais (GARCIA; CALDERÓN; FERREIRA, 2012). Todas essas consequências do abandono podem ser controladas e prevenidas com um eficiente Programa de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG), com legislação adequada, identificação e registro dos animais, educação da população em guarda-responsável, cuidados básicos de saúde, controle reprodutivo, controle do comércio, participação social, vacinação e controle parasitário, bem como casas de passagem (centros de acolhimento e adoção - CAA) (WAP, 2015).

Em municípios sem políticas públicas eficientes para o MPCG ou onde as políticas são recentes (com menos de 5 anos), os CAA (abrigos públicos, privados ou mistos), os protetores independentes são sobrecarregados com as demandas de resgate e manutenção de animais abandonados. Essas ações fazem a diferença para cada vida salva, mas sem políticas públicas eficientes para o MPCG, essas ações não conseguem impactar a taxa de abandono.

O resgate desenfreado aumenta a densidade de animais nos abrigos, o risco de transmissão de doenças, os custos e o tempo de permanência dos animais nesses locais. Também impacta diretamente o nível de bem-estar dos animais mantidos, podendo chegar a níveis de bem-estar baixo ou muito baixo, o que representariam maus-tratos.

Essa proposta de protocolo para resgate seletivo em abrigos de animais tem como objetivo principal a diminuição da admissão de animais nos abrigos.

Resgate seletivo

Apesar de gestores e funcionários de abrigos atuarem sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de um animal e encontrar um lar seguro e definitivo

para eles, muitas vezes as admissões não seguem um critério ou seleção prévia. O resultado impacta de forma significativa o nível de bem-estar, comprometendo a saúde física e psíquica dos animais, tanto dos já abrigados quanto dos novos (FINKA; ELLIS; STAVISKY, 2014; OLIVEIRA; LOURENÇÃO; BELIZARIO, 2016).

O abrigo deve servir apenas como uma casa de passagem, baseando suas ações nos 4 R's da Medicina de Abrigos, que são: Resgate seletivo, Recuperação, Ressocialização e Reintrodução na sociedade por meio da adoção (Garcia, 2019). Cada abrigo tem a sua Capacidade de Prover Cuidados (CPC) e esta deve ser respeitada, não ultrapassando os limites pois, quando isso acontece, os níveis de bem-estar dos animais diminuem. Dessa forma, ter um protocolo de admissão bem estruturado é fundamental para a triagem dos que serão resgatados e, conseqüentemente, diminuir a admissão sem critério.

A fim de deixar suas ações mais efetivas, todo abrigo deve ter bem definido seus critérios de resgate de animais, sempre considerando sua CPC. Os critérios para admissão de animais devem ser definidos de acordo com a realidade do local que o abrigo está inserido e das legislações vigentes. Ainda, a instituição deve elencar situações mais e menos prioritárias, construindo, junto à comunidade e líderes locais, alternativas ao resgate, como a implantação do programa de Animais Comunitários, do método de Captura, Esterilização e Devolução (CED) ou de parcerias com indivíduos para Lares Temporários (LTs). Essas abordagens facilitam o trabalho no local e garantem a segurança e saúde mental dos funcionários e voluntários, permitindo a melhoria do bem-estar dos animais alojados (SANTOS et al., 2019).

Protocolo de resgate animal

1. Protocolo de Manchester

O protocolo Manchester é utilizado como um Sistema de Classificação de Risco (SCR), ou seja, é uma forma de triagem. Tal protocolo é amplamente utilizado em hospitais de emergência e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), sendo de suma importância para evitar problemas no andamento dos atendimentos e na capacidade dos hospitais.

Serviços que lidam com o recebimento de pacientes podem enfrentar desafios quanto à sua organização interna e suprimentos, bem como a alta demanda de pacientes chegando diariamente. Portanto, a existência de uma classificação que determine quais casos devem ser atendidos imediatamente, e quais podem esperar, sem prejuízo à vida dos pacientes, é essencial nesses estabelecimentos, evitando a superlotação (SACOMAN et al., 2019). Paralelo a essas situações vividas em estabelecimentos de saúde humana, em abrigos de animais situações semelhantes podem ocorrer, tais como alta demanda de animais que precisam de cuidado, diversos limitantes financeiros e estruturais, bem como diferentes formas de organização das ONGs e diversos tipos de animais com riscos diferentes.

A classificação de Manchester é feita através da condição clínica do paciente, e indicam o tempo máximo para prestação de atendimento. A divisão é feita por cores e de acordo com o estado geral de saúde do indivíduo, sendo elas: vermelho (mais crítico/maior risco), laranja, amarelo, verde e azul (menos crítico/menor risco) (ANZILIERO et al., 2016). Com o objetivo principal de diminuir a admissão de animais nos abrigos, criou-se uma classificação semelhante à de Manchester para o recolhimento seletivo nos abrigos, indicando quais animais devem ou não ser admitidos com base na sua classificação de risco de sofrimento e de morte, respeitando a CPC do abrigo.

O Quadro 1 apresenta o protocolo proposto para filtragem das demandas de resgate e solicitações de ajudas recebidas, de modo a otimizar o trabalho desenvolvido pelo abrigo e seu impacto na qualidade de vida dos animais. A classificação de risco foi definida como:

- Emergência - animais em extremo sofrimento e que podem evoluir para óbito fácil e rapidamente;
- Muito urgente - animais em risco iminente de morte;
- Urgente - animais que estejam em situação de vulnerabilidade;
- Pouco urgente - animais errantes que não apresentam risco de vida ou risco para a população da região;
- Não urgente - animais semidomiciliados saudáveis, que não apresentam risco de vida ou risco para a população.

Quadro 1- Protocolo para Resgate Seletivo em Abrigos Privados, Públicos e/ou Mistos

Tempo de ação	Sistema de Classificação de Risco	Condição do Animal	Conduta
Até 1h	Emergência - Atendimento imediato	Animal sem tutor e em extremo sofrimento	Resgatar ¹ o animal e oferecer atendimento médico-veterinário; Avaliar a eutanásia ² ;
Até 12h	Muito Urgente - Atendimento no mesmo dia	A - Abandono de ninhada sem a mãe. B - Fêmea com filhotes/ fêmea prenha sem tutor ou mantenedor	A- Resgatar a ninhada; Acionar rede de apoio LT ³ . B- Resgatar a cadela e filhotes; acionar rede de apoio LT.
Até 48h	Urgente - Avaliar a urgência para providenciar o atendimento - até 48 horas	Fêmea no cio sem tutor ou mantenedor.	Castração da fêmea: Acionar rede de apoio LT's para pré e pós-cirúrgico; divulgar animal para adoção ou devolvê-lo no local de resgate.
-	Pouco Urgente	Animais com pouco risco de morte e saudáveis que estejam na localidade	Não recolher; Acionar rede de apoio LT; Castrar, vacinar, desverminar e divulgar o animal para adoção.
-	Não Urgente	Animal saudável em via pública (A). Gato feral (B).	A - Não recolher; Procurar e conversar com tutor; Acionar rede de apoio LT; Comunicação com a sociedade. B - Iniciar preparação para Captura, Esterilização, Devolução (CED) ⁴ .

Fonte: Os autores, 2021, baseado no Protocolo de Manchester (2010).

¹Verificar se o município dispõe de serviço de resgate gratuito para animais sem tutor atropelados, caso sim, entrar em contato com esse serviço para que o município assumo o resgate e cuidados com o animal; caso o município não tenha esse serviço, resgatar o animal para prestar atendimento médico-veterinário.

²Animais atropelados: Animais com alteração neurológica são mais facilmente atropelados. Seguir cuidados de biossegurança no resgate (uso de equipamento de proteção individual). Caso morra, encaminhar o cadáver para diagnóstico de raiva no serviço de controle de zoonoses da sua cidade.

³ LT: Lares Transitórios

⁴CED: Seguir protocolos publicados e incluir vacinação, pelo menos a antirrábica.

Esta ferramenta torna-se um guia para as ações de resgate e recolhimento efetuado por um abrigo, mas não é, necessariamente, um modelo estático. O recolhimento, indicado ou não pela tabela de classificação, deve levar em

consideração fatores como estrutura física disponível para alojamento de cães e gatos, recursos humanos disponíveis para tratamento e cuidado aos animais, recursos financeiros disponíveis naquele momento, além de número total de animais que já estão sob responsabilidade da instituição. Um resgate só deve ser realizado se o abrigo estiver atuando dentro da sua capacidade de prover cuidados.

Ainda, para todas as situações, é importante que o abrigo tenha conhecimento das políticas públicas voltadas para o MPCG e à proteção dos animais vigentes no município. Esta é uma forma de dar assistência ao animal sem extrapolar a Capacidade de Prover Cuidados (CPC) do abrigo, além de ser uma forma eficiente de cobrar maior efetividade das ações propostas pelos governantes.

Referências bibliográficas:

ANZILIERO, F. et al. Sistema Manchester: tempo empregado na classificação de risco e prioridade para atendimento em uma emergência. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online]. 2016, v. 37, n. 4 [Acessado 30 Junho 2021] , e64753. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.64753>>. Epub 23 Fev 2017. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.64753>.

CFMV. CONSELHO DE VETERINÁRIA ALERTA SOBRE ABANDONO DE ANIMAIS DURANTE A PANDEMIA. 2020. Disponível em: <https://www.evz.ufg.br/n/131077-conselho-de-veterinaria-alerta-sobreabandono-de-animais-durante-a-pandemia>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FINKA, L. R.; ELLIS, S. L. H.; STAVISKY, J. A critically appraised topic (CAT) to compare the effects of single and multi-cat housing on physiological and behavioural measures of stress in domestic cats in confined environments. **BMC veterinary research**, v. 10, n. 73, p. 1-11, 2014.

FORTES, F. S. et al. Acidentes por mordeduras de cães e gatos no município de Pinhais, Brasil de 2002 a 2005. **Archives of veterinary science**, v. 12, n. 2, 2007

GARCIA, R.C.M. Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil. **São Paulo: Universidade de São Paulo**, 2009

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; Ferreira, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de população caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Rev. Panam Salud Pública**. 2012. 32 (2). p.140-144.

INTERNATIONAL COMPANION ANIMAL MANAGEMENT COALITION (ICAM). Humane Dog Population Management Guidance: 2019 Update. 2019. Disponível em: <https://www.icam-coalition.org/wp-content/uploads/2019/09/2019-ICAM-DPM-guidance-Interactive-updated-15-Oct-2019.pdf>. Acesso em: 05 jan 2022

MANCHESTER TRIAGE GROUP. Sistema Manchester de classificação de risco: classificação de risco na urgência e emergência. Belo Horizonte: Grupo Brasileiro de Classificação de Risco, 2010.

OLIVEIRA, A. B.; LOURENÇÃO, C.; BELIZARIO, G. D. Índice estatístico de animais domésticos resgatados da rua vs Adoção. **Revista Dimensão Acadêmica**, v. 1, n. 2, p. 5-18, 2016. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/revista-dimensao-academico-v01-n02-completa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PASTORI, E. O.; DE MATOS, L. G. Da paixão à “ajuda animalitária”: o paradoxo do “amor incondicional” no cuidado e no abandono de animais de estimação. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 112-132, 2015.

SACOMAN, T. M. et al. Implantação do Sistema de Classificação de Risco Manchester em uma rede municipal de urgência. *Saúde em Debate* [online]. 2019, v. 43, n. 121 [Acessado 30 Junho 2021], pp. 354-367. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912105>>. Epub 05 Ago 2019. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912105>.

SANTOS, A. G. R. C., et. al. CENTRO DE ACOLHIMENTO TRANSITÓRIO E ADOÇÃO (CATA). In: Políticas de MANEJO ÉTICO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, 272 p., 2019.

SILVA, A. J. et al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 11, n. 2, p. 34-41, 2013.

WORLD ANIMAL PROTECTION. Manejo Humanitário de Cães. 2015. Disponível em: https://www.worldanimalprotection.org.br/sites/default/files/media/br_files/manejo_humanitario_de_caes_wap_portugues_pg2_alta.pdf. Acesso em 24 maio 2021.